

2015

RELATÓRIO DE GESTÃO



Editado em
30/03/2016

Prefeito Municipal: Paulo Pombo Tocantins

Vice Prefeito: João Bosco Gabriel

Gestores/2014

Presidente: Ráulison Dias Pereira

Diretora Adm.: Rita de Cássia Souza Lima

Diretora Técnica: Norma A. Andrade

Diretora Financeira: Norma A. Andrade

Assessoria Jurídica: Dra. Nilvane Pimenta Cabral

Conselho Gestor:

Paulo Cezar Fernandes Pinheiro

Roberto Antonio dos Reis Gomes

Maria do Carmo P. de Oliveira

Renato Rodrigues Cordeiro

Ednaldo Colares da Silva

Conselho Fiscal:

Romário Gonçalves Pereira Filho

Gleidson Soares Costa

José Rui Pereira de Souza

GESTÃO PREVIDENCIÁRIA / 2015 – REGIME PRÓPRIO
MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS – PA

O presente relatório tem por finalidade descrever as atividades gerenciais em 2015 do **Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Paragominas - IPMP**, organização esta criada pela Lei Municipal 014/93 e alterada pela Lei 233/99 e pela Lei nº 884/2015, com fundamento na Lei Federal 9717/98 que estabelece normas gerais de funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Trata-se, portanto de um órgão municipal, de natureza autárquica com a finalidade de conceder e pagar benefícios previdenciários aos servidores públicos da municipalidade.

Fonte de custeio:

Por se tratar de órgão cuja finalidade é a concessão e o pagamento de benefícios previdenciários aos servidores públicos da municipalidade, a sua receita tem origem em repasses das contribuições previdenciárias estabelecidas em Lei. No decorrer de 2015, a atual administração do município foi criteriosa no cumprimento das obrigações patronais garantindo os repasses mensais das contribuições previdenciárias.

Gestão dos recursos:

Obedecendo as diretrizes do Conselho Monetário Nacional, através da Resolução 3922/2010 o Instituto seguiu sua POLÍTICA DE INVESTIMENTOS, elaborada pelo Comitê de Investimentos, aprovada pelo Conselho Gestor e registrada no MPS. O Instituto trabalhou a diversificação do seu portfólio de investimentos observando o enquadramento com a legislação, buscando o alcance da meta atuarial. Mesmo com as dificuldades apresentadas pelo cenário macroeconômico, com fatores relacionados à crise mundial, a gestão financeira do Instituto além de honrar todos os seus compromissos previdenciários (aposentadorias e pensões), conseguiu preservar o seu patrimônio líquido (*investido no mercado de capitais*).

Em 2015, o instituto continuou seguindo as diretrizes do CMN, operando em instituições financeiras com o maior percentual dos investimentos concentrados em fundos constituídos de Títulos Públicos. Devido a deterioração do quadro político/econômico nacional apenas 52,86% da meta atuarial acumulada (IPCA+6%a.a) foi atingida.

Reavaliação atuarial:

Em cumprimento as exigências da Lei 9717/98, o IPMP realizou a sua reavaliação atuarial para 2015, com posição de dados cadastrais em 31 de dezembro de 2014, com o universo de 2590 servidores ativos, 156 inativos e 71 pensionistas, executado pela Agenda Assessoria, empresa especializada em gestão de RPPS.

O estudo prospectivo das obrigações do Instituto tem por finalidade mencionar o grau de solvência econômica e financeira, necessário para manter os benefícios de natureza previdenciária para o período futuro de 75 anos. O estudo de 2014 apontou um déficit atuarial de R\$ (58.868.951,69) a ser corrigido ao longo de 35 anos com custo normal sobre a folha de pagamentos de 22,51% e custo especial (suplementar) de 0,87% apresentando um custo total de 23,38 %.

O mesmo estudo está sendo realizado para o ano de 2016, com dados posicionados em 31.12.2015.

Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP

Os diversos mecanismos de controle nos RPPS, inclui a expedição do Certificado de Regularidade Previdenciária – **CRP**, expedido pelo Ministério da Previdência Social, o qual é considerado um importantíssimo instrumento de controle de gestão previdenciária que atesta o cumprimento das exigências estabelecidas na legislação federal.

Os entes federados que não estiverem em situação regular perante o Ministério da Previdência Social ficam impossibilitados de realizar as seguintes operações:

- Realização de transferências voluntárias de recursos pela União;
- Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes;
- Concessão de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;
- Repasse dos valores devidos em razão da compensação previdenciária.

O Instituto manteve o seu CRP atualizado e renovado semestralmente, durante o ano de 2015.

Acompanhamento

Além do MPS, o Instituto tem o acompanhamento do Tribunal de Contas dos Municípios - TCM, que examina, aprova e registra a legalidade dos atos para efeitos financeiros. O IPMP cumpriu os prazos legais, e encaminhou todos os relatórios e balancetes financeiros ao TCM, bem como aos poderes; Executivo e Legislativo. A publicação mensal desses relatórios demonstrou de forma transparente a seriedade administrativa do Instituto que também foi acompanhada pela atuação dos Conselhos Gestor e Fiscal em 2015.

Sistema Automatizado de Gestão Previdenciária

Além dos aspectos legais, econômico e financeiro, a Diretoria Executiva manteve a operacionalização do Sistema automatizado de Gestão Previdenciária – SISPREV-WEB, desenvolvido pela Agenda Assessoria que através de módulos básicos que contempla as seguintes necessidades técnicas:

- Cadastro Previdenciário;
- Concessão de Benefícios;
- Simulador de Benefícios;
- Workflow;
- Módulo Financeiro;
- Folha de Benefícios;

- Contribuições;
- G.I.Rs;
- Lançamentos Bancários;
- Aplicações Financeiras.
- Portal do Segurado

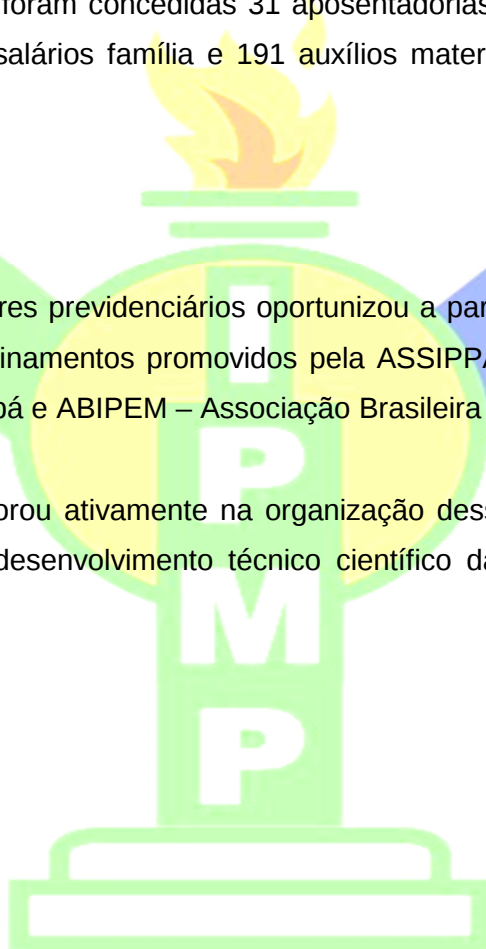
Concessão de benefícios

Na área de benefícios, foram concedidas 31 aposentadorias e 03 pensões e efetuados os pagamentos de 8.178 salários família e 191 auxílios maternidade, além de 1310 auxílios doença.

Capacitação de gestores

A capacitação de gestores previdenciários oportunizou a participação do IPMP em eventos importantes como cursos e treinamentos promovidos pela ASSIPPA – Associação de Instituições de Previdência do Pará e Amapá e ABIPEM – Associação Brasileira das Instituições de Previdência dos Estados e Municípios

O IPMP também colaborou ativamente na organização dessas entidades, participando de decisões importantes para o desenvolvimento técnico científico da previdência regionalmente e nacionalmente.



Resumo 2015

- **Segurados:**

Servidores ativos: 2.590
Servidores inativos: 156
Pensionistas: 71

Total de beneficiários: 2.817

- **Fonte de custeio - Contribuições previdenciárias:**

Alíquotas de contribuição:

Patronal: 11%
Servidores 11%
Total: 22%

REPASSE ANUAL	
CONTRIBUIÇÕES	Valor (R\$)
Servidores	8.092.696,56
Patronal	8.092.866,97
Total	16.185.563,53

- **Receita x Despesas**

Receita orçada: R\$ 13.465.740,81
Receita realizada: R\$ 32.033.188,95

Despesa orçada: R\$ 13.600.000,00
Despesa realizada: R\$ 9.727.891,29

- **Capitalização no Mercado Financeiro:**

Juros de investimentos e re-investimentos: **R\$ 8.496.876,04** (Rentabilidade jan a dez 2015)

Modalidade: Carteira Diversificada; aplicações em fundos de investimentos
Segmentos do Mercado Financeiro: Renda Fixa e Renda Variável:

- **Elaboração da Política Anual de Investimentos para o ano seguinte: (2016)**

Documento de estudos e projeções de gestão de ativos financeiros, elaborado de acordo com as normas do Banco Central do Brasil através da nova Resolução 3922 do Conselho Monetário Nacional CMN, documento este já registrado no Ministério da Previdência Social. (DPIN)

- **Gestores Institucionais:**

Banco do Brasil
Caixa Econômica Federal
Bradesco
Banco Sicredi
Meta Asset
Banco Safra
Western Asset
BNY Mellon

PL em 01/01/2015: R\$ 96.730.038,45 + 1.345.984,34 = **R\$ 98.076.022,79**

PL em 31/12/2015: R\$ 113.483.978,50 + 200.710,80 = **R\$ 113.684.689,30**

- **Rentabilidade**

- Meta Atuarial: (IPCA + 6% a.a): (17,31 %)

Rentabilidade consolidada: (9,15 %)

- **Credenciamento dos Gestores do IPMP perante o MPAS:**

Gestores qualificados/certificados: 04 (Ráulison Dias, Norma Andrade, José Rui Pereira de Souza e Ednaldo colares da Silva.

Entidade certificadora: APIMEC - Associação dos Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais.

- **Cursos e eventos:**

- 49º Congresso Nacional de Previdência Social ABIPEM
- 3º Congresso Brasileiro de Conselheiros de RPPS - 04 a 06 de novembro – Brasília -DF

- **Reavaliação atuarial:**

Realizada em maio pela empresa Agenda Assessoria DRAA registrado no Ministério da Previdência Social.

- **Recadastramento de Inativos e pensionistas:**

Atualizado

- **Censo Previdenciário:**

Realizado entre novembro de 2015 e Fevereiro de 2016 pela empresa Agenda Assessoria

- **Despesas Previdenciárias:**

BENEFÍCIOS	VALOR R\$
Aposentadorias	4.324.684,01
Pensões	710.404,41
Auxílio Doença	3.019.852,85
Auxílio Maternidade	314.858,85
Salário Família	343.696,94
Total:	8.713.496,84

2015



ANEXOS

RPPS PARAGOMINAS-PA – PORTFÓLIO DE INVESTIMENTOS
31/12/2015
PL R\$113.483.978,50

CNPJ DO FUNDO	Nome do FI	Valor cotas	Quant. Cotas	Financeiro	Perc/ PL (%)
11.328.882/0001-35	BB PREV. RF IRF-M1 TIT. PUB. FIC	1,82534078	8.030.903,714032	R\$ 14.659.136,08	12,92%
	BB Previd RF Perfil	2,03412770	6.255.165,328222	R\$ 12.723.805,04	11,21%
10.418.335/0001-88	BB RPPS AÇÕES GOVERN. PREVID.	1,22241905	3.333.439,218276	R\$ 4.074.859,59	3,59%
19.303.795/0001-35	BB PREV. RF TP IPCA III FI (2024)	1,31082097	642.343,357518	R\$ 841.997,14	0,74%
10.740.658/0001-93	CAIXA FI BRASIL IMA-B TIT PUBL RF	1,79603300	2.454.544,611311	R\$ 4.408.443,12	3,88%
10.646.895/0001-90	CAIXA NOVO BRASIL	1,92280200	3.608.709,188703	R\$ 6.938.833,24	6,11%
10.740670/0001-06	CAIXA FI BRASIL IRF-M 1 TP RF	1,74310700	3.365.871,868421	R\$ 5.867.074,81	5,17%
21922168/0001-24	FI BRASIL 2016 V RF	1,00237600	10.000.000,000000	R\$ 10.657.530,00	9,39%
03737206/0001-97	CAIXA FI BRASIL RF DI LONGO PRAZO	2,59424000	3.684.506,591603	R\$ 9.558.494,39	8,42%
20139299/0001-77	CAIXA BRASIL 2016 I TIT. PUBL. RF	0,14082835	2.300.000,000000	R\$ 323.905,20	0,29%
14.120.236/0001-76	FI CAIXA BRASIL IPCA VII MULTMERCADO	1,68070400	1.500.000,000000	R\$ 2.521.056,00	2,22%
18.598.256/0001-08	FI CAIXA BRASIL 2018 I TP RF	1,19822600	2.300.000,000000	R\$ 2.755.919,80	2,43%
11.484.558/0001-06	BRANCO FI RENDA FIXA IRF-M 1 TP	1,72432360	4.359.156,563928	R\$ 7.516.596,54	6,62%
11.087.118/0001-15	SICREDI_ FI INSTITUCIONAL REF IMA-B LP	1,91886020	5.587.536,732714	R\$ 10.721.701,85	9,45%
19.196.599/0001-09	SICREDI FI INSTITUCIONAL RF IRF-M1 LP	1,20661330	6.256.409,619884	R\$ 7.636.647,41	6,73%
17.453.850/0001-48	WA US INDEX 500 Fundo de Inv. Multm.	1,69692581	337.096,777154	R\$ 572.028,22	0,50%
10787647/0001-69	SAFRA EX2 - EXECUTIVE 2	324,83507297	4891,34500000	R\$ 1.588.880,41	1,40%
07.967.083/0001-31	META PLUS FIM	5,32852673	207.397,118544	R\$ 1.105.121,09	0,97%
07.899.238/0001-40	META VALOR FIA FUNDO DE AÇÕES	1,16548307	2.075.680,333288	R\$ 2.419.170,28	2,13%
09289072/0001-75	QUELUZ FUNDO DE INVEST. EM AÇÕES	1,65350120	596.925,796333	R\$ 903.184,72	0,80%
10.309.539/0001-80	OCEANA VALOR FIA	1,88447636	3.019.190,743402	5.689.593,57	5,01%
PL				113.483.978,50	100,00%

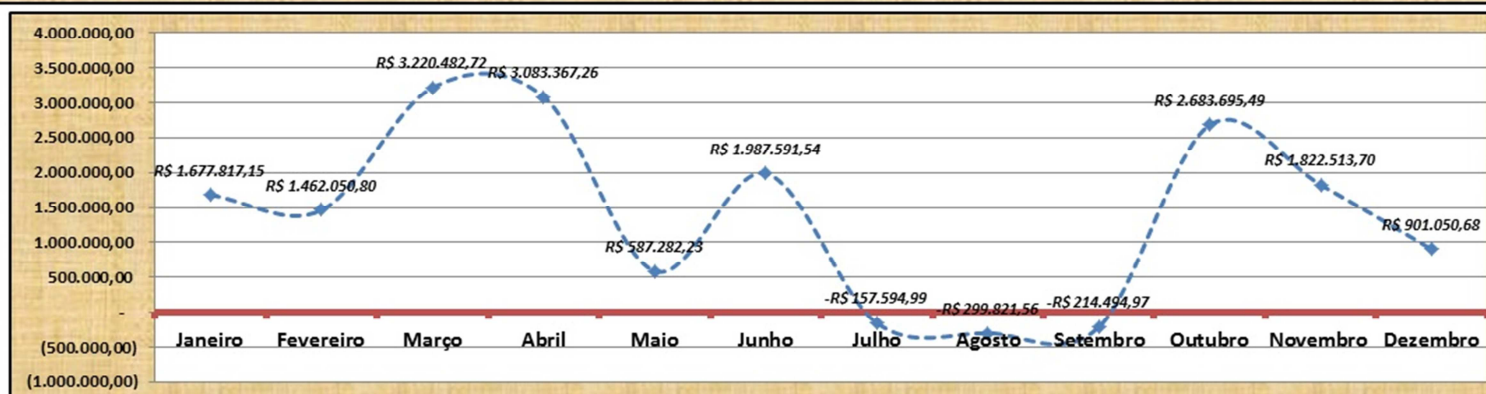
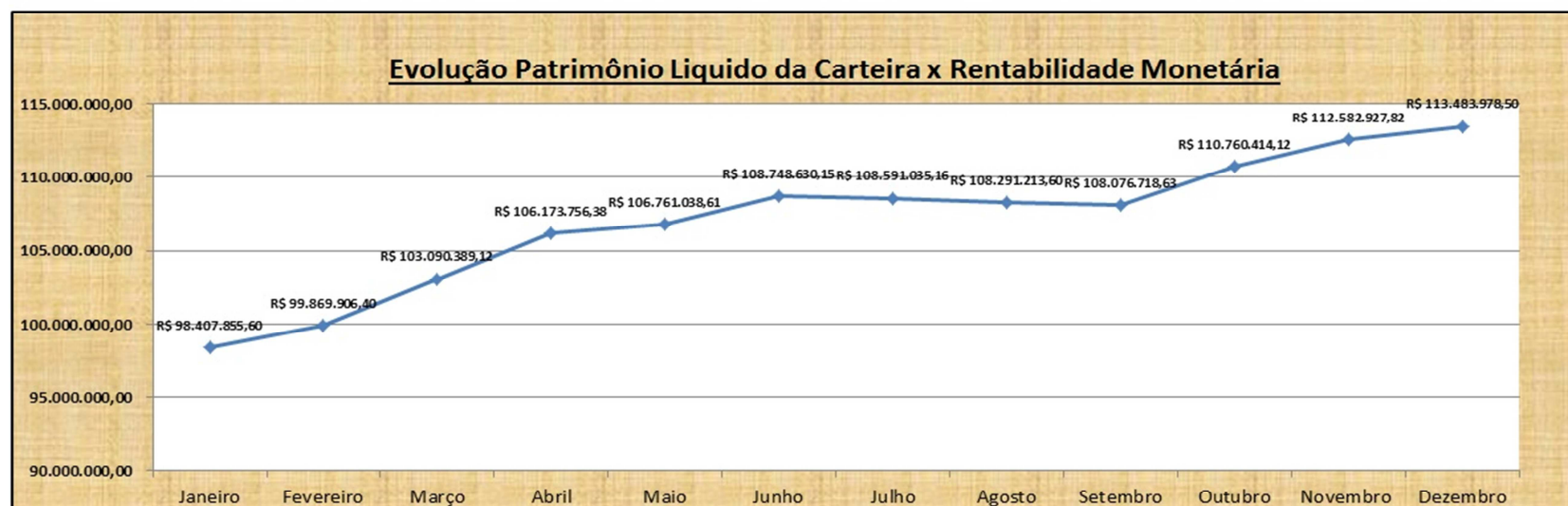
RESUMO (DEZEMBRO/2015)	BB	32.299.797,85	28,46%
	CEF	43.031.256,56	37,92%
	BRADESCO	7.516.596,54	6,62%
	SICREDI	18.358.349,26	16,18%
	META	3.524.291,37	3,11%
	QUELUZ	903.184,72	0,80%
	SAFRA	1.588.880,41	1,40%
	WESTERN/CITI	572.028,22	0,50%
	OCEANA	5.689.593,57	5,01%
		113.483.978,50	100,00%
	RV	17.285.013,47	15,23%
	RF	96.198.965,03	84,77%

Fonte – Depto. Financeiro IPMP

Evolução Patrimônio Líquido da Carteira x Rentabilidade Monetária

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
98.407.855,60	99.869.906,40	103.090.389,12	106.173.756,38	106.761.038,61	108.748.630,15	108.591.035,16	108.291.213,60	108.076.718,63	110.760.414,12	112.582.927,82	113.483.978,50

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1.677.817,15	1.462.050,80	3.220.482,72	3.083.367,26	587.282,23	1.987.591,54	(157.594,99)	(299.821,56)	(214.494,97)	2.683.695,49	1.822.513,70	901.050,68



Rentabilidade Consolidada: **R\$ 8.496.876,04**

UNIVERSO DE SEGURADOS									
ENTE	Dez 2007	Dez 2008	Dez 2009	Dez 2010	Dez 2011	Dez 2012	Dez 2013	Dez 2014	Dez 2015
SEGURADOS / PREFEIT.	1586	1955	2072	2032	2.371	2.566	2690	2597	2558
SEGURADOS / CÂMARA	09	10	10	10	09	09	09	08	08
SEGURADOS / IPMP	05	05	05	05	05	06	07	08	08
SEGURADOS / SANEPAR			04	02	00	0	00	0	0
TOTAL	1600	1523	2091	2049	2.385	2581	2706	2613	2574

Fonte: Depto. Adm – IPMP

Resumo de benefícios pagos pelo IPMP/2015												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Após. T. Contrib.	37	37	37	43	47	49	49	50	50	50	53	54
Após. por Idade	68	68	68	69	69	69	69	69	69	69	72	73
Após. Compuls.	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11
Após. por Invalidez	40	40	40	40	40	40	40	40	40	41	46	49
Pensão por Morte	70	70	70	70	67	67	67	67	67	65	67	68
Salário Família	747	708	704	664	661	661	665	669	695	691	658	655
Auxílio Doença	86	92	96	108	114	124	113	117	96	98	132	134
Salário Matern.	15	14	20	17	15	17	12	15	13	19	18	16
Auxílio Reclusão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Prefeitura de Paragominas, Câmara Municipal de Paragominas e IPMP

2015



RELATÓRIO CONTÁBIL

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Mais uma vez em nome da Gestão Pública responsável e do esforço contínuo em promover a transparência e Publicidade na Gestão das contas públicas, princípios basilares da Constituição Federais e ratificados pela Lei Complementar 101/2009, “Lei de Responsabilidade Fiscal”, vem perante Vossa Excelência apresentar o Relatório a seguir:

O Instituto de Previdência do Município de Paragominas, mantido sob a forma de autarquia com personalidade jurídica de direito público interno, autonomia administrativa, patrimônio e gestão financeira próprio, tem por finalidade: princípios finalísticos - Administrar o Regime Próprio de Previdência do Município, conceder benefícios assistenciais, tais como: Auxílio-Natalidade, Salário Família, Auxílio Saúde e etc...

Este relatório tem por objetivo abordar, de forma resumida, alguns aspectos considerados mais relevantes da execução orçamentária e financeira do Instituto de Previdência de Paragominas no exercício financeiro de 2015, principalmente fornecer subsídios ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal e aos demais componentes da administração Pública Municipal de Paragominas, visando adequar, orientar e compatibilizar as tomadas de decisões referente à aplicação dos recursos orçamentários e financeiros municipais.

Inicialmente, procurou-se demonstrar a situação, quanto à arrecadação, fazendo uma relação entre a receita efetivamente arrecadada e a prevista na Lei Orçamentária, demonstrando a tendência na função de arrecadar, portanto no presente Relatório está contido análises comparativas das receitas realizadas no Exercício Financeiro de 2015.

15

DO ORÇAMENTO

O Município de Paragominas através da Lei Municipal Aprovada pelo Poder Legislativo e sancionada pelo Poder Executivo, autorizou no Orçamento Anual para o exercício financeiro de 2015 - Receita no Valor de **R\$ 13.465.740,81** (Treze Milhões Quatrocentos e Sessenta e Cinco Mil Setecentos e Quarenta Reais e Oitenta e Um Centavos) e despesa no mesmo valor para o Instituto de Previdência.

No decorrer do Exercício Financeiro de 2015 as Receitas Orçamentárias arrecadadas atingiram o montante de **R\$ 32.033.188,95** (Trinta e Dois Milhões e Trinta e Três Mil Cento e Oitenta e Oito Reais e Noventa e Cinco Centavos).

TABELA 01

Receita Prevista	Receita Arrecadada
R\$ 13.465.740,81	R\$ 32.033.188,95

GRÁFICO 01



Despesa Realizada no período em tela atingiu um montante de R\$ 9.725.877,84 da despesa total autorizada pela Lei Orçamentária.

16

Artigo 11 da Lei federal n.º 4.320/64 estabelece a classificação da Receita Orçamentária nas categorias Receitas Correntes e Receitas de Capital.

São Receitas Correntes as *Receitas Tributárias; de Contribuição; Serviços; Industriais; Patrimoniais; Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes*. São Receitas de Capital as provenientes de recursos oriundos das *Operações de Créditos; Alienações de Bens; Amortização de Empréstimos; Transferências de Capital e Outras Receitas de Capital*.

A Receita total acumulada até o fim de 2015 foi de R\$ 32.033.188,95 que comparada com a receita arrecadada no mesmo período do exercício anterior na ordem de R\$ 33.144.578,50 teve uma redução de 3,47% conforme o quadro abaixo:

TABELA 02

RECEITAS ARRECADADAS			
Receita	2013	2014	2015
Contribuição Patronal	5.982.417,87	7.252.879,55	8.092.866,97
Contribuição dos Servidores	6.132.446,16	7.162.106,41	8.092.696,56
Rendimento de Aplicação	5.773.345,27	18.263.020,68	15.421.351,75
Juros e Multas	168.131,68	232.267,74	195.689,75
Receita de Dívida Ativa	184.761,61	204.733,85	216.600,99
Outras Receitas	152.938,31	29.570,27	13.982,93
TOTAL	18.394.040,90	33.144.578,50	32.033.188,95

GRÁFICO 02



Ainda tratando sobre a Receita Arrecada no exercício de 2015 segue abaixo um quadro detalhado com todas as receitas arrecadas bem como a participação de cada uma delas no montante geral arrecadado acompanhado de um gráfico para sua melhor visualização.

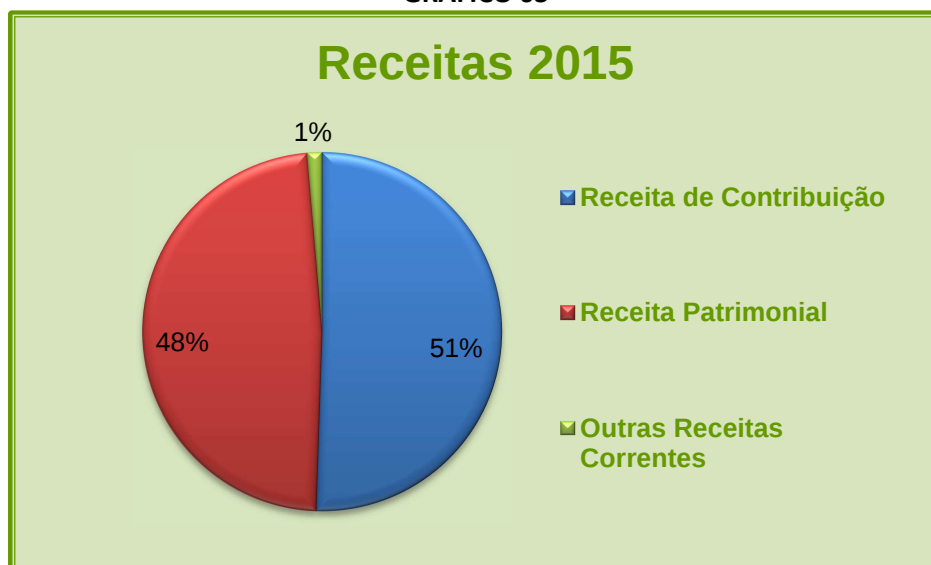
17

Podemos destacar a receita proveniente da Contribuição dos Servidores que participou com 25% do total das receitas, bem como a receita com a contribuição patronal que somou 25% deste mesmo total e por último a receita proveniente do rendimento de aplicação no mercado financeiro que participou com 48% de todas as receitas arrecadadas pelo Instituto no exercício em tela.

TABELA 03

Receita	2015
Receita de Contribuição	16.185.563,53
Contribuição Patronal	8.092.866,97
Contribuição dos Servidores	8.092.696,56
Receita Patrimonial	15.421.351,75
Rendimento de Aplicação	15.421.351,75
Outras Receitas Correntes	426.278,67
Juros e Multas	195.689,75
Receita de Dívida Ativa	216.600,99
Outras Receitas	13.982,93
TOTAL	32.033.188,95

GRÁFICO 03



DAS DESPESAS

Segundo Aliomar Baleeiro, em sua clássica conceituação, despesa pública é “a aplicação de certa quantia, em dinheiro, por parte da autoridade ou agente público competente, dentro duma autorização legislativa, para execução de fim a cargo de governo”.

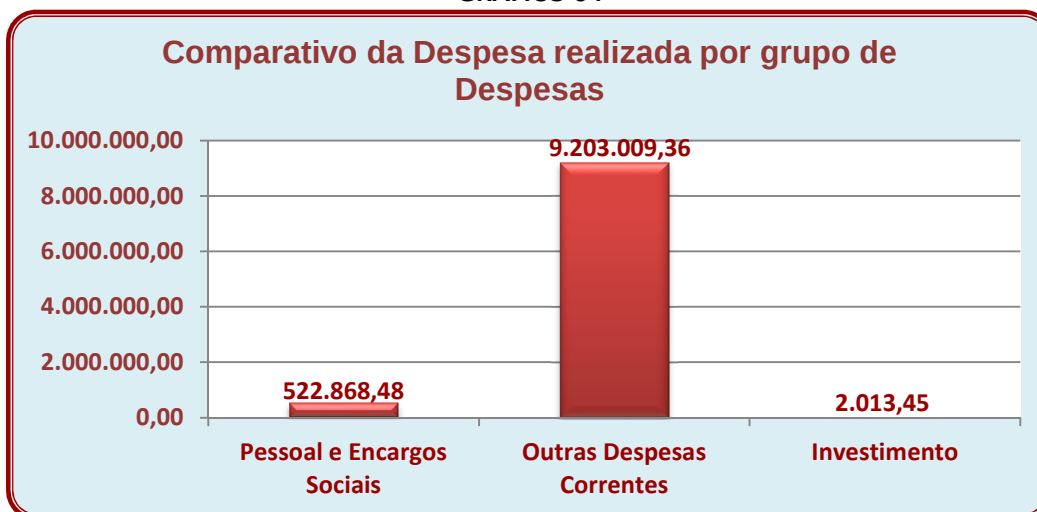
Para o mestre Nilton de Aquino despesa pública “constitui-se de toda saída de recursos ou de todo pagamento efetuado, a qualquer título, pelos agentes pagadores para saldar gastos fixados na Lei do Orçamento ou em Lei especial e destinados à execução de serviços públicos, entre eles custeio e investimento, além dos aumentos patrimoniais, pagamento de dívidas, devolução de importâncias recebidas a título de caução, depósito e consignação”.

As despesas realizadas no exercício de 2015 foram na ordem de R\$ 9.727.891,29 discriminados segundo a tabela abaixo:

TABELA 04

DESPESAS	VALOR	%
DESPESAS CORRENTES	9.725.877,84	99,52
Pessoal e Encargos Sociais	522.868,48	
Outras Despesas Correntes	9.203.009,36	
DESPESAS DE CAPITAL	2.013,45	0,48
Investimento	2.013,45	
TOTAL	9.727.891,29	100

GRÁFICO 04

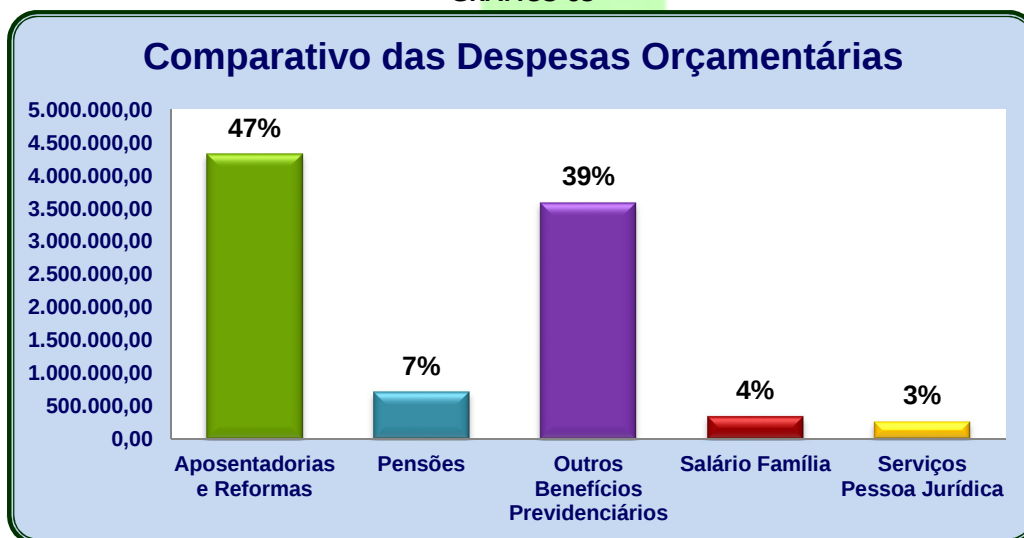


As Outras Despesas Correntes foi o grupo de despesa que mais consumiu recursos do Instituto de Previdência com aproximadamente 95% das despesas, o quadro abaixo vai destacar as maiores despesas deste grupo:

TABELA 05

DESPESA	VALOR	%
Aposentadorias e Reformas	4.324.684,01	47%
Pensões	711.322,92	7%
Outros Benefícios Previdenciários	3.585.818,84	39%
Salário Família	343.696,94	4%
Serviços Pessoa Jurídica	260.189,35	3%

GRÁFICO 05



Como podemos detectar no quadro abaixo do total apurado com o grupo de despesa Outras despesas correntes, o pagamento de outros benefícios previdenciários teve o impacto de 39% do total do grupo seguido pelo pagamento de Aposentadorias e reformas com 47%;

Salário Família com 4%, Pensões 7% e finalizando os Serviços Prestados por Pessoas Jurídicas ao IPMP que contribuiu com 3%.

DA APLICAÇÃO FINANCEIRA

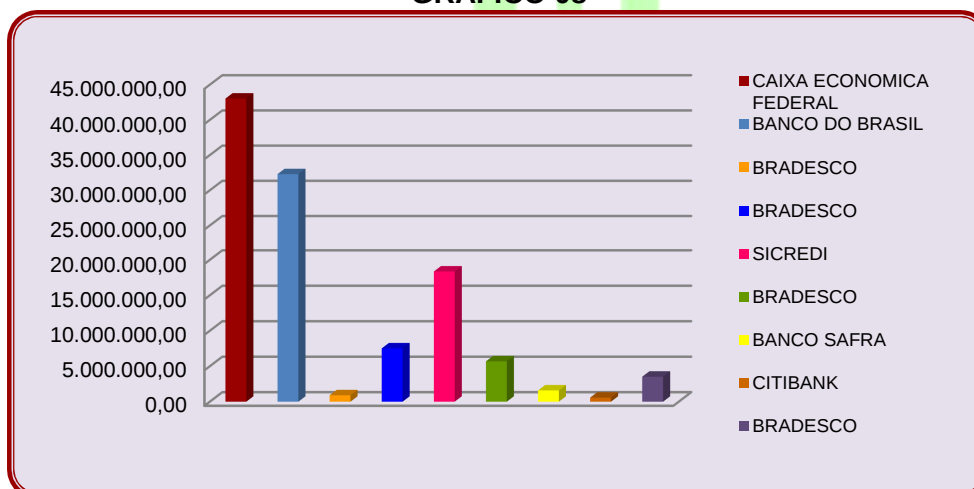
No exercício Financeiro de 2015 a reserva que o Instituto de Previdência do Município de Paragominas mantém aplicada no mercado Financeiro, passou do montante de R\$ 96.756.023,85 (Noventa e Seis Milhões Setecentos e Cinquenta e Seis Mil e Vinte Três Reais e Oitenta e Cinco Centavos) para R\$ 113.483.978,50 (Cento e Treze Milhões Quatrocentos e Oitenta e Três Mil Novecentos e Setenta Oito Reais e Cinquenta Centavos), para, um aumento na ordem de R\$ 16.727.954,65 (Dezesseis Milhões Setecentos e Vinte e Sete Mil Novecentos e Cinquenta e Quatro Reais e Sessenta e Cinco Centavos) em relação ao montante no exercício anterior.

TABELA 06

BANCO	CONTA CORRENTE	SALDO
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	3-8	43.031.256,56
BANCO DO BRASIL	12.789-2	32.299.797,85
BRADESCO	593.578-4	903.184,72
BRADESCO	19.530-8	7.516.596,54
SICREDI	00.487-1	18.358.349,26
BRADESCO	617.538-4	5.689.593,57
BANCO SAFRA	16881-4	1.588.880,41
CITIBANK	3.484.559-3	572.028,22
BRADESCO	586.026-1	3.524.291,37

20

GRÁFICO 08



OBRIGAÇÕES LEGAIS

No decorrer do exercício financeiro o Instituto de Previdência vem cumprindo as exigências quanto a prazo tanto na Legislação Municipal quanto a Estadual e Federal vem cumprindo as exigências do Tribunal de Contas dos Municípios, todas as prestação de contas encaminhadas a esta corte de Contas foram remetidas dentro do prazo legal, bem como, todos os prazos estipulados pelo Ministério de Previdência social.

Vimos também obedecendo de forma exemplar os limites impostos pela Lei Complementar n.º 101, "Lei de Responsabilidade Fiscal" pelas resoluções do Ministério da Previdência Social.

Paragominas, 30 de março de 2016.

Ráulison Dias Pereira
Presidente do IPMP

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

N.º 980509 -136853

DADOS DO MUNICÍPIO

CNPJ: 05.193.057/0001-78

NOME: Paragominas

UF: PA

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E NA PORTARIA Nº 204, DE 10 DE JULHO DE 2008, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

OS OS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DA UNIÃO DEVERÃO OBSERVAR, PREVIAMENTE, A REGULARIDADE DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS, NOS SEGUINTE CASOS:

I. REALIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DE RECURSOS PELA UNIÃO;

II. CELEBRAÇÃO DE ACORDOS, CONTRATOS, CONVÊNIOS OU AJUSTES, BEM COMO DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, AVAIS E SUBVENÇÕES EM GERAL DE ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DA UNIÃO;

III. LIBERAÇÃO DE RECURSOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS FEDERAIS;

IV. PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL EM RAZÃO DO DISPOSTO NA LEI N.º 9.796, DE 5 DE MAIO DE 1999.

VÁLIDO PARA TODOS OS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO.

A ACEITAÇÃO DO PRESENTE CERTIFICADO ESTÁ CONDICIONADA À VERIFICAÇÃO, POR MEIO DA INTERNET, DE SUA VALIDADE NO ENDEREÇO: www.previdencia.gov.br, POIS ESTÁ SUJEITO A CANCELAMENTO POR DECISÃO JUDICIAL OU ADMINISTRATIVA .

A ESTE CERTIFICADO DEVE SER JUNTADO AO PROCESSO REFERENTE AO ATO OU CONTRATO PARA O QUAL FOI EXIGIDO

EMITIDO EM 12/11/2015.

VÁLIDO ATÉ 10/5/2016 .

Emissão de Certificado Página 1 de 1

http://www1.previdencia.gov.br/sps/app/crp/CRPexibe.asp?ID_CRP=136853

13

22

2015



Resoluções do Conselho Fiscal